

10º COLE - Congresso de Leitura do Brasil

Encontro Interno:

Leitura e escrita em escolas indígenas: domesticação X autonomia

**Mesa-redonda: "Escola indígena: caso particular de escola?"**

**Escolas indígenas: uma realidade em construção!**

**A contribuição do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre**

Rosa Helena Dias da Silva<sup>1</sup>

Conforme sugere o título, procurarei conduzir minha participação neste debate, a partir da experiência pessoal de assessoria e pesquisa junto ao movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre.<sup>2</sup>

Desde logo, gostaria de destacar que encaminharei a elaboração deste trabalho tendo como eixo de enfoque principal a ótica dos professores indígenas participantes deste movimento, ou seja - sem me furtar de explicitar aquilo que tenho pensado a respeito do tema, priorizarei trazer para esta mesa de discussão a profunda reflexão coletiva empreendida durante os seus sete Encontros anuais já realizados (anexo - Quadro dos Encontros).

Faço esta opção, convencida da importância deste olhar respeitoso sobre esse processo que está sendo levado adiante com muito esforço e seriedade por parte dos principais envolvidos, caracterizando uma experiência inédita, que se inscreve na tentativa do estabelecimento de novas relações, seja com a própria escola, entre os diferentes povos, com a sociedade brasileira e o Estado.

#### **A escola da conquista**

Após esses esclarecimentos iniciais, poderíamos adentrar na temática proposta para esse momento nos perguntando o que diferencia a escola indígena da escola dos não-indios. Pondero porém ser mais proveitoso neste caso, aproveitar essa privilegiada ocasião (na qual reúnem-se especialistas no assunto tratado) para debruçar-nos sobre uma outra questão, a meu ver, fundamental para que possamos avançar na discussão:

- o que realmente temos entendido por escola indígena?

Antes de prosseguirmos, talvez seja necessário fazermos um breve recuo histórico.

<sup>1</sup> A autora é indigenista do CIMI (tendo trabalhado no regional Norte I (Amazonas e Roraima) de 89 a 92. Atualmente, é mestrandista na Faculdade de Educação da USP. Realiza pesquisa intitulada: "Professores indígenas: um projeto de autonomia (um estudo do movimento de professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, a partir dos seus encontros anuais)". É bolsista da FAPESP.

<sup>2</sup> Conforme levantamento realizado no VII Encontro dos professores indígenas do AM, RR e AC - Manaus/1994, este movimento articula uma rede de 224 professores indígenas (isto é, que já participaram de algum dos sete encontros anuais), responsáveis por 5.145 alunos. O número total estimado de professores indígenas na região de abrangência do movimento é de 1.067 (fonte:COPIAR).

Como se sabe, os projetos de escola para índios<sup>3</sup>, ao longo da história do Brasil, sempre estiveram aliados à intenções integracionistas e colonizadoras. Neste sentido, somaram forças a outros mecanismos de cunho civilizatório, com ênfase na negação (e mesmo na extinção) da diferença. A escola surge então, para os povos indígenas, com a chegada do colonizador e em conjunto com a ação evangelizadora da Igreja. Denotam duas atitudes explicitamente etnocêntricas de encontrar o outro - o diferente - e oferecer-lhes (ou seria impor-lhes?) a sua verdade como única. Sobressai, desde o início do contato, uma visão deturpada e preconceituosa, que foi incapaz de encarar a diversidade cultural como uma riqueza da humanidade. Ao contrário, a alteridade foi vista como ameaça a um certo modelo, que se pretendia universal, a ser imposto pela força das armas e das idéias.

É desta forma que os diversos e variados projetos de educação para índios foram traçados - como se os povos indígenas não tivessem a sua educação. O fato do processo educativo nas sociedades indígenas apresentar diferenças radicais quanto à chamada "educação nacional" levou à conclusão equivocada de que não existe educação indígena. Conforme Meliá, "pressupõe-se que os índios não tem educação, porque não tem a nossa educação".<sup>4</sup>

Dentro da mesma perspectiva de análise, vemos o Prof. Alírio Moraes, do povo Ticuna (membro da COPIAR-Comissão dos professores indígenas do AM, RR e AC, região do Alto Solimões/AM) avaliar:

*"Se não tivesse branco no meio dos Ticuna, talvez até hoje não teria escola". (Relatório I Encontro dos professores indígenas do Amazonas e Roraima - 1988)*

Vemos que, a escola, enquanto instituição externa, invadiu a vida das comunidades, trazendo-lhes incontáveis problemas. Por outro lado, porém, sabemos que "os índios não são vítimas passivas, mas atores ativos do processo e da busca de alternativas"<sup>5</sup>. E esta escola (enquanto algo de fora), acaba transformando-se em uma espécie de necessidade pós-contato, e vai sendo "assumida, mesmo com seus eventuais perigos".<sup>6</sup>

Nas palavras do Prof. Gerssem dos Santos Luciano, do povo Baniwa (membro da COPIAR, região do Rio Negro/AM):

*"A própria caminhada, a própria estratégia utilizada, seja pelos órgãos federais, seja pelas instituições religiosas, a tentativa de educar, de 'civilizar', como se dizia... os índios, acabou certo momento fugindo do controle desses mesmos órgãos, na medida em que os índios começaram a tomar consciência da situação em que se encontravam, começaram também a surgir inquietações em várias partes, que geraram uma nova visão, uma nova caminhada, uma nova perspectiva".<sup>7</sup>*

<sup>3</sup> Abro um parênteses, chamando a atenção para o fato de já estar me posicionando - ao deixar de chamar as propostas daquela época de educação escolar indígena e nominando-as de educação para índio.

<sup>4</sup> Meliá, Bartolomeu. *Educação indígena e alfabetização*, São Paulo, Edições Loyola, 1979, p.9

<sup>5</sup> Palavras de Joana Overing na conferência "A pesquisa atual na Amazônia: uma visão comparativa Brasil e Inglaterra", realizada no II Encontro de Etnologia - Amazônia, UNICAMP, 03/08/94.

<sup>6</sup> Meliá, Bartolomeu. "Desafios e tendências na alfabetização em língua indígena" in Emiri, Loreta e Monserrat, Ruth (org). *A conquista da escrita*, São Paulo, Iluminuras, 1989, p.11

<sup>7</sup> Trecho de texto transcrito da fala do Gerssem na mesa redonda "Os Povos Indígenas e a educação na América Latina" (14/09/94) durante o II Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latinoamericana - UNICAMP (transcrição realizada por mim e revisada pelo autor).

## Escola e autonomia indígena

Atualmente, a questão da educação escolar passa a fazer parte do cotidiano do movimento indígena, sendo inclusive uma de suas principais preocupações (presente como pauta em quase todas assembléias, encontros ou reuniões e como ponto reivindicatório específico, na maioria de seus documentos), ligada sempre à lutas mais amplas, como o direito e garantia das terras.

Podemos perceber que professores, lideranças e comunidades vêem a escola como algo que pode colaborar na construção mais ampla do seu projeto de autonomia. Castoriadis fundamenta essa idéia ao colocar que "a educação (que vai do nascimento à morte) é uma dimensão central de toda política de autonomia".<sup>8</sup>

### A escola conquistada: auto-gestão e protagonismo indígena

Já no final dos anos 70 e início dos 80, época do aparecimento no cenário político nacional do movimento indígena organizado - enquanto ator coletivo emergente - podemos constatar que a consciência a respeito da necessidade de criar um modo próprio de fazer escola já se esboçava. Como exemplo ilustrativo, vemos a Assembléia realizada em 1981, no Alto Purus/Amazonas, contando com a participação das nações Apurinã, Kaxinauá, Jarawara, Jamamadi, Kulina, Macuxi e Wapixana. Nesta ocasião, os índios reclamaram da falta de escola para alfabetizar seus filhos. Porém, deixaram claro que não querem uma escola "como funciona para os brancos, mas sim uma escola que faça com que o índio queira continuar ser índio e não ficar desejando abandonar a aldeia; essa escola deve ter professores indígenas e ficar dentro das malocas".<sup>9</sup>

Entra em cena o papel fundamental dos professores indígenas, enquanto um dos principais envolvidos nesta busca da concretização de processos escolares norteados pelas pedagogias indígenas. O conceito de professor indígena está ligado, como parte integrante, à uma definição mais ampla: a própria proposta de uma escola indígena. Significa que seu trabalho só pode realizar-se com eficácia, segundo os ideais afirmados, num modelo realmente indígena de escola. E esse será construído com a participação efetiva de todos: professores, lideranças, alunos e comunidade indígena.

"Professor indígena é categoria em estruturação na sociedade atual, a partir de variadas experiências, necessidades e expectativas tanto das sociedades indígenas em contato permanente (ou frequente) com a sociedade majoritária, como dos grupos e entidades de apoio envolvidos em ações de educação escolarizada (para) indígena"<sup>10</sup>. Acrescentaria que, além de categoria teórica (a qual figura já oficialmente em recentes documentos, com ênfase ao "Diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena" do MEC), "professor indígena" é categoria prática e organizativa em plena construção pelos próprios povos indígenas.<sup>11</sup>

*"O pessoal está se reunindo para mudar essa escola. Estamos nos reunindo para ver como seria a escola ideal para nós".*

<sup>8</sup> Castoriadis, Cornelius. *O mundo fragmentado - as encruzilhadas do labirinto/3*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p.148

<sup>9</sup> Jornal Porantim nº 29 pg.6

<sup>10</sup> Conforme Monserrat, Ruth. "Professores indígenas versus índios professores" in *Boletim da ABA*, abril/93, nº16, p.9

<sup>11</sup> Diversas são as articulações e organizações de professores indígenas em todo o Brasil. Para ampliar o quadro (além do movimento aqui focado) temos, por exemplo, os professores Guarani e Kaiová no Mato Grosso do Sul e os professores indígenas de Rondônia. Essas experiências diferenciam-se qualitativamente de processos surgidos nos anos 70, a partir do Estado, como entre os Kaingang, no sul do país.

Esta frase, de um professor indígena, durante o II Encontro dos professores indígenas do Amazonas e Roraima (1989), mostra como estão empenhados em fazer com que algo originalmente colocado de fora - com objetivos contrários a eles - possa vir a ser parte de um projeto próprio.

Vejo que, o que define e delimita essa experiência (a meu ver paradigmática de um novo momento na história da educação escolar indígena no Brasil) é a questão da criação e auto-gestão dos processos. Essa é sua especificidade: os próprios povos indígenas estarem discutindo, propondo e procurando, não sem dificuldades, dúvidas conflitos e contradições, realizar seus modelos e ideais de escola, segundo seus interesses e necessidades imediatas e futuras. É um dado novo, que distingue, em sua raiz, essa experiência, de outras em curso, mesmo as chamadas "alternativas", já que são colocadas "de fora, mesmo que com boa intenção"<sup>12</sup>. Remetendo-nos novamente à fala do Prof. Gersem, vemos que *"as discussões em torno da educação, eram também redescobrir, planejar o que hoje os povos indígenas querem para o seu futuro. Foi o início de planejar, de construir o futuro, a partir da realidade em que os diversos grupos étnicos se encontravam. E esse compromisso foi sendo assumido a partir dos professores, dos educadores e das organizações indígenas, das lideranças indígenas"*.

Poderíamos chamar este processo de "indianização das escolas", ou seja, ir além da simples apropriação, gerando novas alternativas, dentro dos princípios pensados. Nestes, figuram a complexa relação entre os saberes tradicionais e os novos conhecimentos, dentro da dinâmica dos contatos interétnicos. Assim, vemos a tradição enquanto força que opera não apenas como simples lembrança do passado, mas sim como memória viva que fecunda o presente e projeta o futuro. Nas palavras de Castoriadis, "o presente transforma sempre o passado em passado presente, isto é, pertinente agora, mesmo que seja re-interpretando-o constantemente a partir do que está sendo criado, pensado, estabelecido".<sup>13</sup>

No que tenho podido compreender, a perspectiva de escolas que os povos indígenas têm acreditado e se empenhado em conquistar, é um exemplo concreto, real e atual de inovação. Representam pequenas grandes mudanças construídas cotidianamente. É preciso estar atento e sensível para enxergá-las e interpretá-las com toda sua força e significação.<sup>14</sup>

*"A escola atual pode ser positiva ou negativa. Pode fazer com que esqueçamos nossa cultura, nossa língua. É importante que o processo da escola seja indígena, para manter os nossos costumes, para ensinar a nossa língua. Precisamos de conhecimento do mundo indígena e do branco"*. (Professor indígena do Médio Solimões - Relatório do I Encontro/88)

*"Precisamos pegar uma parte desta escola para a escola da tradição continuar"*. (Professor Álvaro Sateré - Relatório do I Encontro)

<sup>12</sup> Conforme B.Meliá, em entrevista concedida à minha pesquisa (São Paulo, julho de 1994).

<sup>13</sup> Castoriadis, Cornelius. *O mundo fragmentado - as encruzilhadas do labirinto/3*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p.148

<sup>14</sup> Utilizo aqui o conceito de apropriação e inovação segundo BATALHA, Guillermo Bonfil. "La teoría del control cultural en estudio de procesos étnicos" in *Arinsana*, nº 10, Caracas, 1989, pg. 21 e 22. (tradução minha): "Apropriação é o processo mediante o qual o grupo adquire capacidade de decisão sobre elementos culturais alheios. Quando o grupo não só pode decidir sobre o uso de tais elementos, senão também que é capaz de produzi-los, o processo de apropriação culmina, e os elementos passam a ser elementos próprios. Através da inovação, um grupo étnico cria novos elementos culturais próprios, que em primeira instância passam a formar parte de sua cultura autônoma. As inovações culturais são, por uma parte, mais frequentes do que comumente se pensa: há muito novo em baixo do sol. Sobretudo, se não se pensa somente nas grandes invenções capazes de marcar por si mesmas um momento da história, se não se repara também, e sobretudo, nas mudanças cotidianas aparentemente insignificantes".



Delimita-se assim um novo momento na história da educação escolar indígena. Neste, a autoria, protagonismo e auto-gestão indígenas não são meros detalhes mas sim questões imprescindíveis, das quais, ao que tudo indica, os índios não estão dispostos a abrir mão. É o que podemos constatar com toda clareza no posicionamento do Prof. Alírio, durante um debate sobre propostas para educação, dentro da política indigenista oficial do governo:

*"Porque quem sabe a realidade somos nós que vivemos que conhecemos os problemas. Então nós professores temos que dizer: vocês têm que fazer assim! E não eles dizer: nós vamos fazer assim prá vocês..."* (Prof. Alírio Moraes, povo Ticuna - Relatório do VII Encontro/94)

Infelizmente o que vemos ainda é um grande desrespeito aos processos que os próprios índios estão procurando levar adiante. Questões cruciais como reconhecimento das escolas, aprovação de currículos próprios, contratação de professores indígenas, liberação de verbas, merenda escolar, produção de material didático... e mais uma lista imensa que poderíamos elencar (segundo depoimentos dos professores, nos sucessivos encontros) são problemas do dia-a-dia das escolas indígenas, os quais não têm tido o apoio dos órgãos competentes, no sentido de solucioná-los. Na maioria das vezes, em vez de facilitadores do processo, representam entraves, demandando energias que poderiam estar sendo canalizadas em benefício da concretização das propostas das comunidades envolvidas. Sem pretender radicalizar, vejo que um dos pontos de estrangulamento é justamente o desrespeito sistemático aos processos próprios de ensino-aprendizagem (conforme assegura a Constituição de 88). Apesar de, nos textos das leis, termos avançado na concepção dos direitos indígenas (no caso específico da educação, temos as Diretrizes do MEC, que acatam muitas das reivindicações do movimento indígena), na prática, o que vemos é bem diferente.

Será que uma demonstração efetiva de respeito ao direito à diferença, por parte de nossa sociedade, não seria considerarmos (inclusive juridicamente) a educação escolar indígena como um outro sistema, deixando de encará-la como "educação fundamental"?

### **O desafio**

Segundo o que tenho observado - acreditar na urgência e na possibilidade real da conquista de escolas verdadeiramente indígenas, que estejam a serviço de cada povo, sendo instrumentos de resistência e mesmo reelaboração/recuperação cultural, enfim, que contribuam no processo histórico de sobrevivência enquanto povos etnicamente diferenciados - é a força articulatória principal que tem unido os professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre em seu movimento.

Nestas regiões, a diversidade de processos de escolarização, vividos ao longo da história, é muito grande e não está isenta de contradições e ambiguidades. Como exemplo, temos os povos do Rio Negro. Por um lado, sabemos que há mais de um século estão sujeitos à ação educacional da Igreja e do Estado (com forte presença e influência militar). De outro, é a região, dentro do estado do Amazonas, de menor índice de analfabetismo. Dado significativo, pois a população local é predominantemente indígena (90% - segundo Censo realizado pela FOIRN). É claro que a perspectiva e os objetivos destes projetos de educação para índios eram eminentemente integracionistas. Podemos comprovar tal afirmação, através da fala do Brigadeiro Protázio, em 1980, ao elogiar o trabalho dos missionários: "eles ensinaram os índios a ser brasileiros; os índios passaram a ser professores e deixaram de ser índios".<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Conforme *Porantim*, nº15, Manaus, CIMI, 1980, p.13

Outra questão que poderia ser destacada é que, também no Rio Negro, vemos uma expressiva e importante mobilização indígena, que tem gerado inúmeras formas de organização e o surgimento de novas lideranças. O mesmo poderíamos dizer do Alto Solimões e Roraima. Muitos dos que estão envolvidos nos processos de articulação mais amplos (regionais e a nível nacional) são professores indígenas.<sup>16</sup>

A meu ver, um grande desafio que se coloca para os povos indígenas e seus aliados é pensar as escolas indígenas - seus limites e possibilidades - dentro da realidade atual, neste mundo cada dia mais norteado por tendências globalizantes. Qual seria o lugar e a contribuição das escolas indígenas na dinâmica de interagir, agir e reagir frente ao processo histórico atual, como totalidades específicas e também enquanto partes de um todo maior?

Percebo que está em curso, por parte do movimento indígena, em nível nacional e internacional, um importante processo de re-significação e apropriação de instrumentos (como a escola) enquanto elementos de construção do presente e do futuro de sociedades pluriculturais.<sup>17</sup>

Encerro minha contribuição neste instigante debate, com questionamento do Prof. Euclides Pereira, do povo Macuxi, Roraima:

*"Estamos hoje, de uma certa forma, obrigados a assumir para nós aquilo que não é nosso, que não faz parte da nossa cultura. São costumes desta sociedade que invade as nossas malocas, e a gente, sem perceber, vai absorvendo essa situação e prejudica nossa cultura. Essa situação, de certa forma triste, em que se busca, através da educação, uma possível saída para os problemas. Às vezes eu vejo que a escola pode ser o caminho prá chegar a mudar essa mentalidade. A partir do momento que se trabalha com as crianças. Eu acredito que a nossa forma de viver, a nossa forma de ver o mundo tem que ser preservada, porque essa vida dessa sociedade não é mais admitida por ela mesma. Porque você já pensou? Crianças abandonadas, mulheres prostituídas.... Eu acredito que nós não somos obrigados a entrar nesse sistema para matar nossa cultura, nossa dança, nosso canto, o respeito que nós temos pelas pessoas. Para onde nosso povo vai caminhar? Aonde nós queremos chegar?"<sup>18</sup>*

<sup>16</sup> A título de ilustração, lembro apenas dois casos recentes: Gersem dos Santos Luciano, professor Baniwa, é membro da COPIAR-Comissão dos Professores Indígenas do AM, RR e AC, vice-presidente da FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e faz parte do CAPOIB - Conselho de Articulação de Povos e Organizações Indígenas do Brasil. Euclides Pereira, professor Macuxi, foi representante da região norte no Comitê Assessor do MEC; no mesmo período, foi coordenador geral do CIR - Conselho Indígena de Roraima e também fez parte da COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

<sup>17</sup> O que não significa dizer que as escolas indígenas idealizadas e colocadas em construção atualmente pelos professores, lideranças e comunidades, seja uma necessidade e uma resposta para todos os povos. Até porque, mesmo na nossa sociedade, é difícil afirmar se a escola - e qual escola - sobreviverá, neste mundo globalizado, com avanços tecnológicos tão velozes.

<sup>18</sup> Relatório VII Encontro dos Professores Indígenas do AM, RR e AC.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros e artigos

- AZEVEDO, Marta e SILVA, Márcio. "Pensando as escolas dos povos indígenas no Brasil: o Movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre" in SILVA, Aracy e GRUPIONI, Luis (org.) A temática indígena na escola, Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995
- BATALHA, Guillermo Bonfil. "La teoría del control cultural en estudio de procesos étnicos" in Arinsana, nº 10, Caracas, 1989
- CASTORIADIS, Cornelius. O mundo fragmentado - as encruzilhadas do labirinto/3, São Paulo, Paz e Terra, 1992
- CIMI. Com as próprias mãos - Professores Indígenas construindo a autonomia de suas escolas, Setor de Documentação, Brasília, 1992
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. A questão da Educação Indígena, São Paulo, Brasiliense, 1981
- EMIRI, Loreta e MONSERRAT, Ruth. A conquista da escrita - Encontros de Educação indígena. São Paulo, Editora Iluminuras, 1989
- FERREIRA, Mariana K. Leal. Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil. Dissertação de Mestrado, Deptº Antropologia, USP, 1992
- FREIRE, José Ribamar Bessa. "História e escola Indígena", Brasília, Seminário "O plano decenal e a educação Indígena", SEF/DPE, 1994
- GAIGER, Júlio. Direitos Indígenas na Constituição de 1988, Brasília, CIMI, 1989
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais, cidadania e educação, São Paulo, Cortez, 1992
- GRUPIONI, Luis Doniseti Benzi. "Da aldeia ao Parlamento: a educação escolar indígena na nova LDB" in Em aberto, MEC, Brasília, ano XIV, nº 63, jul/set, 1994
- IANNI, Octavio. "Educação e Sociedade na América Latina", Conferência de abertura do II Congresso Ibero Americano de História da Educação Latinoamericana, Campinas, UNICAMP, 1994
- MELIÁ, Bartolomeu. Educação Indígena e alfabetização, São Paulo, Loyola, 1979
- MONSERRAT, Ruth. "Professores indígenas versus índios professores" in Boletim da ABA, abril/93, nº16

SANTOS, Silvio Coelho dos. Educação e Sociedades Tribais, Porto Alegre, Editora Movimento, 1975

VERHELST, Thierry. O direito à diferença, Petrópolis, Vozes, 1992

## Fontes

Relatório do I Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, Manaus, 15 a 18/10/1988

Relatório do II Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, Manaus, 10 a 14/07/1989

Relatório do III Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, Manaus, 19 a 22/07/1990

Relatório do IV Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, Manaus, 12 a 16/07/1991

Relatório do V Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, Boa Vista, 08 a 12/10/1992

Relatório do VI Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, Boa Vista, outubro de 1993

Relatório do VII Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, Manaus, outubro de 1994



ENCONTRO	ANO	LOCAL	NÚMERO PARTIC	REGIÕES/ESTADO	NºPOVOS PRESENT.	PRINCIPAIS PONTOS	DOCUMENTOS PRODUZIDOS	ASSESSORIA	ORGANIZADOR
I	1988	MANAUS/AM	40	Alto Rio Negro, Alto Solimões, Médio Solimões, Baixo Amazonas-AM e Roraima	14	.Formas originais de Educação .Educação Formal .Tipos de Escola .Troca de Experiências	.Documento final com os posicionamentos resultantes do Encontro de como a escola deve ser	CIMI UNIVERS. AMAZONAS	CIMI
II	1989	MANAUS/AM	24	Alto Rio Negro, Alto Solimões, Médio Solimões, Baixo Amazonas-AM e Roraima	12	.Continuidade da troca de experiências .O que cada grupo está fazendo p/conseguir a Escola q/desejam .As dificuldades deste processo	.Documentos com reivindicações para a nova L.D.B. encaminhado ao Congresso Nacional	CIMI MARI-USP UNICAMP	CIMI
III	1990	MANAUS/AM	49	Alto Rio Negro, Alto Solimões, Médio Solimões, Baixo Amazonas-AM e Roraima	13	.Discussão específica sobre elaboração de currículos diferenciados para as Escolas Indígenas		CIMI MARI-USP UNICAMP UNIVERS. AMAZONAS	CIMI COPIAR
IV	1991	MANAUS/AM	40	Alto Rio Negro, Alto Solimões, Médio Solimões, Baixo Amazonas-AM e Roraima	14	.Continuidade discussão sobre currículos .Estudo da legislação .Tema Gerador .Articulação do Movim. Profes. c/o Movim. Indígena mais amplo	.Declaração de Princípios	MARI-USP UNICAMP UNIVERS. AMAZONAS	CIMI COPIAR
V	1992	BOA VISTA/RR	95	Alto Rio Negro, Alto Solimões, Médio Solimões, Baixo Amazonas, Madeira-AM, Roraima e Envira-Acre	14	.Currículos e Regimentos .Tema Gerador e Diversidade Cultural .Legislação /Política Governamental /Estatuto do Índio .Continuidade do Movimento .Mobilização /Ato - "500 anos"	.Posição quanto ao novo Estatuto do índio .Indicações para o Comitê Assessor /MEC	CIMI MARI-USP UNICAMP	COPIAR
VI	1993	BOA VISTA/RR	100	Alto Rio Negro, Alto Solimões, Médio Solimões, Baixo Amazonas, Madeira-AM, Roraima e Envira-Acre	18	.Culturas Diversificadas .Exposição Artes /Danças .Currículos e Regimentos .Comitê Assessor - MEC .Continuidade/Articulação Movim.	.Contra a Revisão Constitucional .Indicações para o Comitê Assessor /MEC	CIMI MARI-USP UNICAMP	COPIAR
VII	1994	MANAUS/AM	80	Alto Rio Negro, Alto Solimões, Médio Solimões, Baixo Amazonas, Madeira-AM, Roraima e Acre	20	.Medicina tradicional .Currículos e Regimentos .Política Educacional .Continuidade/Articulação Movim.	.Apoio Regimento Guarani .Indicação e critérios participação Comitê .Nova Declaração	CIMI MARI-USP UNICAMP	COPIAR